



# Voz do funcionalismo

Jornal do Sindicato dos  
Funcionários Públicos da Prefeitura  
de Guarujá

Ano IX – Novos Rumos – Nº 104  
Guarujá, agosto 2016



VEREADOR VERSUS PREFEITA, AGORA ALIADOS!



*Na campanha salarial deste ano, direção sindical e servidores tentaram fazer com que a prefeita visse a necessidade e a possibilidade de implantar a parametrização para evitar as perdas que hoje atingem a todos*

## Política do mal causa perdas aos servidores

**Diretoria do sindicato alertou a prefeitura e agiu para os prejuízos não serem ainda maiores**

De quem é a culpa pelo fim da gratificação de desempenho individual (gdi) dos mais de 6 mil servidores, com perda salarial de 6% a partir de setembro?

E pelo fim da gratificação por assiduidade, pontualidade e produtividade (gapp) dos atuais 94 médicos socorristas ou plantonistas, que também perderão uma boa grana?

Tudo começou com uma crise política entre a prefeitura e a câmara municipal. Na verdade, entre a prefeita e um vereador que lhe fazia oposição ferrenha.

A ironia da história é que esse mesmo vereador, depois de todo o estrago causado ao funcionalismo, hoje é o líder da prefeita no legislativo.

A desgraça começou em 2015, quando o vereador, então desafeto da prefeita, e um estagiário de direito, resolveram consultar o ministério público sobre alguns benefícios da lei 135, que criou o nosso estatuto.

Naquela época, o parlamentar questionou a prefeitura sobre indicações políticas para cargos na secretaria de educação. Não satisfeito com as respostas, foi ao 'mp'.

Quando o processo lá chegou, a procuradoria levantou não apenas essa questão, como outros itens da lei 135, entre elas a 'gdi' que agora será cortada, para infelicidade de todos os servidores.

O ministério público foi mais longe e propôs, na hoje famosa 'adin' (ação direta de inconstitucionalidade), o corte do adicional de 30% da guarda municipal, o interstício da licença-prêmio e outros pontos.

Imediatamente, o Sindserv e o Siproem contrataram competente assessoria jurídica, na capital paulista, especializada em assuntos do funcionalismo municipal estatutário.

Essa providência foi fundamental para os sindicatos reverterem duas questões, que são a da equipe técnica do magistério e a manutenção dos 30% dos guardas.

**PALPITE INFELIZ**

# Se não fosse a briga política, nada do mal teria acontecido

**Graças aos sindicatos, a equipe técnica da educação não perdeu seus cargos de diretores, supervisores e orientadores pedagógicos**

A direção do sindicato está convencida de que se o vereador hoje líder da prefeita na câmara não tivesse procurado o ministério público, nada disso estaria acontecendo. Agora, o servidor paga as consequências de uma briga política passada que virou amizade.

O sindicato não poderia tomar nenhuma medida mais drástica no caso, como a deflagração de uma greve, por exemplo, pois fatalmente ela seria considerada ilegal, com todas as consequências nefastas para a categoria.

Com os salários em dia, o 13º antecipado e a prefeitura cumprindo as determinações do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) sobre a 'adin', seus 23 juízes desembargadores fatalmente julgariam a greve ilegal e pagaríamos um ônus por isso.



Fotos: Sindserv Guarujá

**Mesmo organizados e mobilizados numa das campanhas salariais mais combativas dos últimos anos, teríamos dado com os burros n'água se tivéssemos decretado greve contra o julgamento da 'adin'**

Em outros municípios com questões mais polêmicas em seus estatutos, nada aconteceu porque o 'mp' não foi alertado.

Agora, usam os sindicatos como escudos para um problema que dei-

xaram crescer. O Sindserv propõe que o líder da prefeita na câmara faça parte da comissão que foi criada para tentar reverter o problema.

Não aceitamos que a bomba estoure no colo dos sindicatos. O

vereador vai dizer que os sindicatos não fizeram nada. A prefeita vai dizer que foi um problema jurídico. E o servidor poderá dizer que a culpa é nossa.

Não fossem os sindicatos, toda

a equipe técnica da educação perderia seus cargos de diretores, supervisores, orientadores pedagógicos a partir de setembro. E todos os guardas municipais perderiam 30% dos salários-base.

## O QUE FAZER?

# Um grande desrespeito

A situação a que chegamos é resultado de um grande desrespeito aos servidores e aos sindicatos. Estamos desde janeiro conversando, tentando amenizar o problema, e não nos ouviram.

Agora, no final de julho, o sin-

dicato é chamado e informado que não há mais tempo hábil pra fazer nada em relação direitos perdidos.

Para mascarar a falta de compromisso com os servidores nesses dois casos, forma-se uma comissão, com represen-

tantes da prefeitura, do legislativo e dos sindicatos.

Os sindicatos participam, mesmo prevendo que o problema só poderá ser resolvido em janeiro de 2017, quando a bomba estourar no colo do próximo prefeito.



**Graças à atuação dos sindicatos, os guardas municipais não perderam 30% do salário-base**

É PRECISO

## Sindicato quer parametrização para corrigir as tabelas salariais

Parametrização para definir e decidir parâmetros necessários à especificação do modelo de tabelas

Fotos: Sindserv Guarujá



Em agosto de 2015, diretoria do sindicato promoveu intenso debate e estudo sobre a necessidade da parametrização das tabelas salariais e enviou detalhada proposta à prefeitura

Parametrização das tabelas salariais é o processo de definição e decisão dos parâmetros necessários para a especificação completa e relevante do modelo tabular ideal.

A parametrização das tabelas salariais da prefeitura de Guarujá é extremamente necessária para consertar discrepâncias históricas, absurdas e intoleráveis.

Ela visa corrigir os vencimentos dentro de cada nível de exigência

de formação escolar para ingresso e investidura nos diferentes cargos da administração municipal.

A medida coloca como parâmetro, num mesmo nível, a melhor remuneração por hora trabalhada, corrigindo os demais ganhos com justa isonomia.

O conhecimento técnico e a vontade política são os ingredientes essenciais para conclusão da parametrização pela prefeitura. É por

isso que luta a direção sindical.

A comissão especial destinada a estudar e apresentar proposta de reorganização das tabelas remuneratórias dos cargos de provimento efetivo conseguiu resultados analíticos no ano passado.

A comissão é fruto de uma longa jornada de luta sindical para corrigir injustiças. Após muitos embates e articulações, conseguimos esse avanço que, infelizmente, fi-

cou parado no tempo.

O ideal proposto pela constituição federal, em seu artigo 39, é que a união, estados, distrito federal e municípios instituam conselhos de políticas de administração e remuneração de pessoal.

Os conselhos buscam isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre servidores do executivo, legislativo e judiciário.

A fixação dos salários e do sistema remuneratório deve observar a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos, bem como os requisitos para investidura e as peculiaridades.

Agora, com essas perdas de 'gdi' e 'gapp', o estudo será ampliado para revertê-las em percentual de correção do salário-base nas tabelas da prefeitura, para todos os cargos.

ADIN

## Sindserv sugeriu reversão das perdas à prefeitura

Assim que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) revogou direitos dos 6 mil servidores, em 30 de março deste ano, votando a favor da ação direta de inconstitucionalidade (adin) proposta pelo Ministério Público Estadual, o Sindserv procurou a prefeitura.

Logo de cara, a diretoria do sindicato propôs que o executivo municipal, além de recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ),

em Brasília, da sentença do TJSP, elaborasse legislação corretiva que vigorasse após os 120 dias de prazo dados pela justiça estadual.

A sentença acatou, em parte, a adin, que declara inconstitucional alguns dispositivos do estatuto do servidor ou lei 135-2012. Em 13 de abril, o Sindserv e o Siproem participaram de reunião com a advocacia geral do município para analisar o assunto.



Em abril, advocacia geral do município, Sindserv e Siproem, no salão do gabinete da prefeita

RETROATIVO

# Sindicato: que os 6% paguem os passivos e a incorporação



É isso que a diretoria do Sindserv exige da prefeitura, sem delongas nem justificativas vazias

A diretoria do Sindserv exige que a sobra dos 6% da 'gdi', que a prefeitura deixará de pagar a partir de setembro, volte de alguma maneira para os 6 mil servidores.

E uma das maneiras está na utilização desse recurso para quitar a incorporação retroativa de oito parcelas de 1,9%, além das licenças-prêmios, promoções e outros passivos, com efeitos retroativos.

Na reunião em que a prefeita chorou o leite derramado e anunciou a comissão que tentará reverter o problema, sindicato fez duas importantes sugestões. Primeira: que os 6% da 'gdi' sejam imediatamente revertidos para pagar o retroativo da incorporação. Segundo: que o vereador causador de todo o mal seja o representante do legislativo na comissão.

PERDAS

## Corte total em setembro

O servidor perderá, em setembro, segundo a prefeitura, entre R\$ 80 e R\$ 800 com o fim da 'gdi'. Agora em julho, todo mundo recebeu normalmente. Em agosto, a gratificação será proporcional a 18 dias.

Infelizmente, a prefeitura não amenizou a crise com algumas medidas propostas pela diretoria do sindicato já a partir de 2015, quando a 'adin' ganhou corpo.

O executivo poderia ter usado a parametrização, por exemplo, para diminuir as perdas, mas não deu atenção aos alertas gritantes do Sindserv. Só agora está enxergando isso, mas muito tarde.

No final do ano passado e em janeiro e fevereiro de 2016, a prefeitura não quis nos ouvir. Em 28 de janeiro, a assembleia que definiu as reivindicações da campanha salarial foi bastante clara.

Ao lado das reivindicações econômicas, a direção sindical destacou a necessidade da parametrização e outras medidas sutis que incorporariam a 'gdi' e a 'gapp' aos salários.

As nossas propostas não afrontariam a 'adin' nem a decisão judicial sobre ela, que, sabíamos, estava prestes a chegar. Em 2015, o sindicato havia forçado a necessidade da comissão de pa-

rametrização.

Essa comissão terminou os trabalhos em tempo hábil e mandamos o relatório à prefeitura em janeiro de 2016. Infelizmente, ela não deu atenção.

A equipe da prefeitura não analisou o relatório, nem aproveitou as idéias em tempo hábil. E ali estava, na parametrização, o remédio para o problema da 'adin', sem perdas e desgastes.